

PARECER N.º /2018.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PROJETO DE LEI N.º 53/2018 E EMENDAS Nº 1, 2 e 3.

OBJETO: Altera dispositivos da lei nº 2.285, de 14 de abril de 2005, que “dispõe sobre a criação do Conselho Municipal Antidrogas-COMAD, institui o programa Municipal Antidrogas (Promad) e o projeto Unai sem Drogas e dá outras providências.

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATOR: VEREADOR VALDMIX SILVA

1. Relatório

De iniciativa do nobre Prefeito Municipal, Senhor José Gomes Branquinho, o Projeto de Lei nº 53/2018 e as emendas nº 1, 2 e 3 tem o objetivo de adequar às mudanças científicas, conceituais e sociais quanto à temática do uso indevido e abusivo de drogas e atualizar a legislação à realidade do Município.

Cumpridas as etapas do processo legislativo o projeto de lei e as emendas foram recebidas pelo Presidente da Casa e distribuídas a esta Comissão para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

O Presidente da Comissão, Vereador Alino Coelho, recebeu o projeto de lei em questão e designou como relator da matéria o Vereador Valdmix Silva para emitir o parecer, por força do r. despacho datado de 13/8/2018.

Em 20/8/2018, o relator requereu a prorrogação, por 2(dois) dias, do seu prazo para emitir o parecer, o que foi deferido pelo Presidente da Comissão.

Em 23/8/2018, durante a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, o relator requereu a conversão do projeto de

lei em diligência para solicitar informações ao autor da matéria acerca da ambiguidade do artigo 4º do PL que trata da composição dos membros do COMAD, o que ficou aprovado pela maioria dos membros da Comissão, conforme ata juntada aos autos, fls. 24/25.

No mesmo dia, às 17h49min, mas antes de formalizar o envio do ofício ao autor da matéria comunicando que o PL em questão foi convertido em diligência, o Prefeito Municipal protocolizou nesta Casa a emenda nº 3 ao PL 53/2018 encaminhando-a ao Presidente da Câmara, nos termos da Mensagem nº 137, sanando a irregularidade do art. 4º quanto aos membros do COMAD.

No dia 24/8/2018, o Presidente da Casa recebe e distribui a esta Comissão a emenda nº 3 para exame e parecer nos termos e prazos regimentais, o que tornou o envio do ofício da conversão em diligência do PL ao autor da matéria prejudicado.

Considerando que as emendas de autoria do Prefeito Municipal foram recebidas e distribuídas a esta Comissão dentro do prazo do relator, este emitirá parecer acerca do Projeto de Lei nº 53/2018 juntamente com as emendas.

2. Fundamentação

A análise desta Comissão se restringe ao disposto no artigo 102 do Regimento Interno (Resolução nº 195, de 25 de novembro de 1992) especificamente nas alíneas “a, g e i” do inciso I, a saber:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

(...)

g) admissibilidade de proposições;

(...)

i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;

(...)

O Município detém plena competência para legislar a respeito do objeto em tela, nos termos dos arts. 30, I, e 227 da Constituição Federal.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

(...)

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

(...)

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

A Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe que compete ao Governador do Estado a iniciativa de lei quanto à organização dos órgãos da administração pública:

Art. 66 – São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

(...)

III – do Governador do Estado:

(...)

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

Art. 90 – Compete privativamente ao Governador do Estado:

(...)

V – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

(...)

XIV – dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;

A Lei Orgânica Municipal reproduz o que a Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe:

Art. 96. É competência privativa do Prefeito:

(...)

V - iniciar o processo legislativo, nos termos e casos previstos nesta Lei Orgânica;

(...)

XIV - dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;

A Lei Orgânica Municipal dispõe em seu artigo 17, inciso I, acerca da competência privativa do Município em legislar sobre assuntos de interesse local e prevê em seu artigo 186 que a assistência à saúde será assegurada pelo Município, obrigatoriamente, mediante as seguintes condições: assistência médico-odontológica semanal nos distritos, subdistritos e vilas e auxílio no combate e erradicação da doença de chagas e do uso de drogas.

Dessa forma, como o projeto de lei nº 53/2018 foi proposto pelo Chefe do Poder Executivo, Senhor José Gomes Branquinho, não há vício de iniciativa.

Com relação ao conteúdo da proposição, o Prefeito Municipal justifica o envio afirmando que “Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania a alteração da nomenclatura para Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas é uma orientação da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, adotando uma perspectiva de adequação às mudanças científicas, conceituais e sociais, quanto à temática do uso indevido e abusivo de drogas. Com relação à composição faz-se necessária uma readequação à realidade atual do município, considerando que órgãos foram até mesmo extintos. Ademais, é imprescindível a atualização, considerando que a lei vigente é do ano de 2005, e deve-se primar pela modernização buscando acompanhar o momento atual”.

Este relator analisando a matéria averiguou alguns equívocos de técnica legislativa, de falta de clareza quanto ao conteúdo, alteração de lei que já foi revogada e ambiguidade dos membros que comporão o COMAD (art. 4º da Lei nº 2.285/2005). Assim, entrou em contato, verbalmente, com autor da matéria e posteriormente requereu a conversão do PL em diligência com o intuito de sanar tais vícios mediante a importância do projeto para o Município de Unaí.

Em resposta, o Prefeito Municipal protocolizou três emendas no sentido de corrigir os equívocos que geravam dúvidas quanto à finalidade do projeto (alteração parcial da Lei nº 2.285/2005 ou revogação total), à ambiguidade dos membros que o COMAD será composto, à alteração da correta legislação vigente e aos erros de técnica legislativa.

Dessa forma, analisando o conteúdo das emendas verifica-se que são totalmente legais e pertinentes à aprovação da matéria, o que se conclui que o projeto de lei nº 53/2018 e as emendas nº 1,2, e 3 são constitucionais, legais e regimentais.

2.1 Da Emenda de relatoria

O autor da matéria no artigo 4º do presente PL que trata da composição do COMAD pretende alterar o inciso IV do artigo 4º da Lei nº 2.285/2005 para “um representante da Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer”. Todavia, este relator verificou que de acordo com a Lei nº 2.362 de 15 de março de 2006 (sem alterações posteriores) este inciso já é “um representante da Secretaria Municipal da Juventude, Esportes e Lazer.”

Logo, este relator propõe emenda para suprimir a suposta alteração do inciso IV do artigo 4º da Lei nº 2.285/2005, já que se trata de um erro material e não configura nenhuma mudança na redação da Lei.

3. Conclusão

Em face do exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 53/2018 juntamente com as emendas nº 1,2 e 3 e aprovação da emenda proposta por este relator.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 27 de agosto de 2018; 74º da Instalação do Município.

VEREADOR VALDMIX SILVA

Relator Designado

EMENDA Nº AO PROJETO DE LEI Nº 53/2018

Art. 1º Suprima-se o inciso IV do artigo 4º da Lei nº 2.285/2005 alterado pelo artigo 4º do Projeto de Lei nº 53/2018 que trata da composição dos membros do COMAD.

Unai, 27 de agosto de 2018; 74º da Instalação do Município.

VEREADOR VALDMIX SILVA

Relator Designado